

## Do imemorial ou a dança do tempo

Eduardo Lourenço

Durante três séculos, sem desfalecimento, o homem ocidental tomou de assalto o barco em que até então tinha seguido pilotado pela Providência. Fê-lo em nome da Humanidade, como o D. João de Molière. De uma Humanidade capaz de ser dirigida sozinha, não para o paraíso de onde se supusera expulsa, mas para um futuro cada vez mais liberto dos medos, das opressões, dos males que desde a chamada noite dos tempos se infligiu a si mesma.

Nunca houve outro autor do seu destino que ela própria, mas as máscaras que inventou para endossar a Outrem a sua responsabilidade, não só fazem parte desse destino, como são a única leitura dele que ilumina. O que fomos com essas máscaras, deuses, demónios, anjos, Deus, quando esse destino tinha um sentido que se confundia com o próprio existir, está tão vivo hoje, que as perdemos ou rejeitamos, como sempre esteve.

O tempo do “Humanidade” que não foi tão humano como o sonháramos, já estava esgotado quando o século XX acabou. Tempo da razão, tempo do progresso, tempo da história a si mesma transparente, tempo da utopia com tempo plausível, não recebia só de si mesmo a sua faustica energia, mas daquele tempo que com tanta determinação recusava. Quando o dispensou e parecia que íamos entrar, de olhos bem abertos, naquele espaço que desde Platão designamos como o da plena claridade, por oposição às aparências, descobrimos que o novo tempo, este nosso, é precisamente o da caverna. De uma caverna perpetuamente iluminada, mais fascinante que todos os céus

supostos, o dos deuses ou o da razão. O antigo tempo do Ser transcendente, natural ou simbólico, converteu-se em tempo da aparência e nela está encerrado. Neste novo tempo sem raiz alguma no Imemorial onde todos, os antigos tempos repousavam, podemos reciclar, como meros tempos virtuais, todos os passados que sem memória não são tempo de ninguém. E nós, de quem somos o tempo, neste começo de um terceiro milénio ainda de evocação cristã, pelo menos no Ocidente? Anjos definitivamente caídos e quase contentes de nos ter libertado da tutela de um deus que nunca prometeu vir, nem mesmo existir, para nos tirar, dos ombros o peso de uma liberdade imaginária, e do coração um sonho de felicidade não menos imaginária? Ou meros animais, como os evocado, num texto célebre de Ernst Jünger, que desde há milhares de anos estão inventando Deus por ser mais fácil que suportar a ideia de que nunca serão mais do que simples homens que se crêem deuses?

De uma maneira, até hoje inédita, pelo seu excesso, não sabemos quem somos, nem onde estamos. Ao menos nós, ocidentais que tínhamos a pretensão de o saber e para isso inventámos todos os romances sobre as origens e outros mais brumosos sobre um impensável fim. Sem dúvida que sabemos mais que todas as gerações passadas sobre essa origem e que o futuro é tão imaginável como o foi sempre. Talvez por isso estejamos parados no meio de um cosmos de que desvendámos quase todos os mistérios, salvo os nossos de passageiros em trânsito para lado algum realmente pensável, salvo como apocalipse domesticado, como em "Independence Day." Mesmo a Morte perdeu a sua função de espelho onde de uma vez para sempre tínhamos aprendido que éramos mortais sem nos resignar a sê-lo. Nada é mais novo neste começo de milénio, que este sentimento de já não termos uma morte credível—colectiva ou individual—depois de a ter tido tanto e em função dela termos inventado os deuses. E, depois da sua glosada fuga, a Arte com que douramos a sua ausência. A sua definitiva ausência. Não é por acaso que nos ecrãs onde vivemos a nossa vida simbolicamente imortal, há tanta morte. Ou antes, tanto morto sem morte. Um morto com morte, à maneira antiga, uma morte onde se morria ou no silêncio oco do coração, ou na praça pública, como se um deus acabasse de desaparecer, é um luxo reservado a poucos. Digamos, aos Kennedys, ou Marylins, figuras recorrentes do poder e da graça.

Somos anonimamente imortais, mas sem aquela inocência que parece ter sido a nossa quando éramos historicamente e naturalmente pagãos, como os

gregos e os romanos de outrora. Foi neste tempo sem morte própria que nós entrámos sem sequer nos darmos conta disso. É esta uma das leituras do tão falado “fim da história,” em todo o caso da que foi a nossa, até que os relógios onde líamos um destino com rosto ainda humano, pararam ao mesmo tempo, numa aldeia da Polónia e numa cidade do Japão. Este acontecimento não foi como a batalha de Waterloo ou a invenção da máquina a vapor, mas um momento de história e da História, mas uma outra espécie de tempo, uma eternidade vazia, modelo de todo o tempo futuro vivido de olhos inutilmente abertos. O horror puro é invisível.

Por fora, vivemos e consumimos um tempo realmente planetário, como se fôssemos todos, e não apenas os ocidentais que estenderam a leitura do seu tempo próprio ao mundo inteiro, o primeiro actor da história digno desse nome. Por dentro, vivemos simultaneamente uma temporalidade virtual e real sem relação alguma com o que foi, nos tempos arcaicos, tempo circular, e nos tempos cristãos, uma temporalidade ressentida como desejo ou nostalgia activa do tempo de Deus. Podemos organizar todas as festas para nos lembrar que tivemos um nascimento e uma vida memoráveis, podemos mesmo não acreditando um segundo em tão exaltante invenção, que um Jubileu nos devolva ainda viva a memória de um destino análoga ao nosso quando pensávamos ser “filhos de Deus.” Nenhuma magia virtual nos restituirá esse mundo que já nem como História somos capazes, ou temos interesse, em visitar. Estamos numa outra história onde a urgência do presente a si mesma se basta. Tempo indiscernível da sua própria interpretação, sufocados e prisioneiros dela, como a abelha no seu mel ou Crespo no seu ouro.

Para quem não é europeu, herdeiro de um passado sem cessar aspirado pelo futuro, de ordem transcendente ou apenas utópica, esta imobilidade na plenitude, não só não lhe causará estranheza como talvez um justificado contentamento. Com riqueza a mais, nós chegámos, penosamente, onde eles nos esperaram sempre, a um mundo, filho do Céu e da Terra, sem metáfora alguma, cheio das tragédias banais da humanidade, mas sem trágico interior por não haver razão alguma para o ser. O que tanto custou a imaginar e a viver a Nietzsche é, no Oriente, um dado natural. E é de supor que também será daqui em diante para nós, tão grande a sedução da quietude budista no mundo ocidental. Aceitamos agora não ter vindo de nenhum paraíso de onde tivéssemos sido expulsos, nem ir para nenhum “além mundo” que magicamente no-lo devolva. Devemos viver a legenda como a verdade e a

verdade como um sonho para sempre adiado. Só assim entraremos no tempo onde já estamos, um tempo onde o ídolo História, que durante dois séculos tomámos por Deus ou o seu anjo ambíguo, deixou de emitir sinais.

A inocente fórmula anarquista, “nem deus nem senhor,” não escandaliza nem surpreende ninguém, é uma carta de visita que recebemos no berço antes de abrir os olhos na caverna celeste da televisão onde noite e dia reciclamos êxtases e terrores virtuais que nos tocam menos que os da antiga vida inscrita no círculo da “morte,” “inferno” e “paraíso.” Estamos obrigados a inventar uma imagem de nós mesmos como se nunca a tivéssemos tido, ou a tivéssemos para saber, sem ilusão alguma, que não é aquela que já somos sem ter nome para ela. Nem bárbaros, nem gregos, nem pagãos, nem cristãos, nem filhos da razão, nem íntimos das trevas, nem vencedores nem vencidos de combates de séculos, subitamente tornámo-nos personagens de jogos vídeo, nem mais nem menos reais que os das aventuras intergalácticas. Aquilo que somos e o navio sem piloto onde singramos deixou o cais de um tempo que imaginávamos conhecer como conhecemos o espaço e aborda agora como se fôssemos todos colombos de nós mesmos, o único continente onde sempre estivemos pensando navegar no oceano de Deus: o do Imemorial.

Nos romances de cavalaria o herói à procura de si mesmo deparava no seu caminho com moradas simbólicas sobre a invocação de virtudes que o confortavam no seu sentimento de não estar de todo perdido. No nosso destino de peregrinos de uma História concebida como uma sucessão de carruagens cada vez mais perfeitas—tempos bárbaros, tempos imperiais, idades médias, renascenças, barroquismos, luzes, progressos sem fim, democracia perpétua, paraíso igualitário—cada etapa nos aproximava daquele tempo dos tempos, o nosso, filho de todos os outros e revelação do seu sonho de esperança sem cessar diferidos. Desde o século XVIII vivemos na convicção de sermos, finalmente, os hóspedes de um mundo que sabia o que queria e para onde ia, pois ninguém nos impunha fins que não fossem da nossa invenção e responsabilidade. Mas chegámos a este tempo onde os tempos esperavam por nós para saberem quem foram, e nada nos mostra que tenhamos nele uma imagem, uma identidade, uma existência mais humana para nós mesmos que o dessa série de tempos dedicados cada um a um altar diferente e a uma só adoração, a nossa de simulacros de Deus.

Sem mais Deus que a sua ausência vivida como uma festa, nem por isso deixamos de ser simulacros, agora de nós mesmos. Simulacros virtualmente eternos, clones do deus que não somos, multiplicando sem fim o nosso

esplendor de mortais porque tanto almejámos. Sem a ironia bíblica, temos de nos habituar a ser como “deuses,” não por receber existência e sentido de um Outro, nosso semelhante inacessível, mas por poder reproduzir, como Andy Warhol sarcásticos, a nossa vida reduzida à imagem de si mesma. De certo, não resolvemos ainda males tão universais e tragédias como as que todos os dias nos dão o sentimento de ser como outrora, “bichos da terra vis e tão pequenos,” mas vivemo-los como se nos interessassem menos que todos os jogos e concursos inventados para nos distraírem deles e nos confirmar na nossa nova existência de deuses virtuais. As próprias vítimas sonham com este Las Vegas planetário que as deixa menos sós nos seus infernos, sem outros Dante que os fotógrafos que no-los metem pelos olhos dentro sem que nos comovam.

Com o fim de um tempo como História, e memória dentro, é o sujeito cultural dele que desaparece. Quer dizer, a Europa. Neste fim do milénio e começo de outro, o “espírito do mundo” chama-se América que só tem três séculos de vivida memória ritualizada. Para ela tudo o mais lhe é fábula, como o foram para nós a Grécia ou Roma, antes de as assumirmos como nossas por voluntária viagem nos seus livros ressuscitados. Nada indica que a América possa fazer connosco o que fizemos com a Grécia e depois com todos os Egiptos e Babilónias perdidos. Não o precisa, mas também não tem interesse em recuperar e universalizar um passado onde mal existiu. É no seu tempo e em função dele, como nós fazíamos para reforçar a nossa imagem de gregos e cristãos, que a América vive e é ele que tentará impor, sem pena, como paradigma universal.

Tudo receberá leitura do lugar e tempo onde o “sentido” da aventura humana se produz e concentra: o dessa mesma América. É o que há de verdade no diagnóstico de Fukuyama: o seu “fim da história” é o fim do paradigma europeu e o início de um outro “indiferente à história” como intencionalmente universal e concretamente europeia. Isto não nos deve escandalizar mais do que a antiga convicção de que a Europa e o Mundo eram sinónimos. Devemos aprender a viver neste novo tempo onde a vontade de poderio europeia, em todas as ordens, não regula todos os relógios do mundo, se alguma vez os regulou. Mas não devemos esquecer que, enquanto tal, o “tempo americano” é um tempo de tipo novo que desconhece o travo de inquietude que Santo Agostinho comunicou à temporalidade cristã e a esse título, um “anti-tempo” europeu. Desde que nasceu, a América é um mundo salvo das águas europeias. Não há nenhum mito que lhe seja mais congenital

que o de Moisés. O nosso foi e é ainda o de Ulisses, mas na realidade é vestido do americano que Ulisses continua viajando nos espaços que se nos tornaram inacessíveis. Como se a América viajasse neles para se encontrar, temendo não ser ninguém como herói de Homero, enquanto nós, como o mesmo Ulisses, num tempo gloriosamente parado, não temos mais vida que a da nostalgia de uma História que tinha o nosso rosto e já não o tem.

**Eduardo Lourenço** ensinou na Universidade de Coimbra, onde estudou História e Filosofia. Partiu de Portugal em 1953 para viver na Alemanha e no Brasil. Veio a instalar-se em França, onde foi professor na Universidade de Nice entre 1960 e 1989. Foi Prémio Europeu de Ensaio Charles Veillon em 1988. É um dos maiores especialistas na obra de Fernando Pessoa. Entre a sua vasta e influente bibliografia, contam-se obras como *Heterodoxia I*, 1949, *Pessoa Revisitado*, 1973, e *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 1988.